

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	21
PARTE I	
DO PROCESSO CIVIL CLÁSSICO À NOÇÃO DE DIREITO A TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	
1. A PREOCUPAÇÃO DO ESTADO LIBERAL-CLÁSSICO COM A LIBERDADE DOS CIDADÃOS.....	29
1.1 O papel reservado ao juiz.....	29
1.2 A tarefa meramente declaratória do juiz e a classificação trinária das sentenças	30
1.3 O valor da não interferência do Estado diante dos particulares sobre a impossibilidade de o juiz impor a multa.....	32
1.4 O princípio da tipicidade dos meios executivos como garantia de liberdade.	33
1.5 A proibição das tutelas fundadas em “verossimilhança” e a “neutralidade” do juiz .....	35
1.6 A ampla defesa e o contraditório como armas contra a possibilidade de arbítrio judicial.....	36
1.7 A regra da <i>nulla executio sine titulo</i> como justificativa técnico-jurídica da impossibilidade de o juiz julgar com base em verossimilhança.....	37
2. O MITO DA UNIFORMIDADE PROCEDIMENTAL .....	40
2.1 A influência da escola sistemática.....	40
2.2 A confusão entre autonomia do direito processual civil e neutralidade do processo em relação ao direito material .....	43
2.3 A indiferença pela desigualdade das posições sociais e dos bens .....	44
2.4 A repercussão dos valores da economia liberal sobre a suficiência da tutela pelo equivalente .....	45
2.5 A sentença condenatória como mecanismo “igualizador” das diferentes necessidades do direito material.....	49
3. A UNIFICAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS DA ILICITUDE E DA RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA PROJEÇÃO SOBRE O PROCESSO CIVIL .....	51
3.1 Explicação inicial.....	51
3.2 A função do processo de conhecimento clássico. Sua insensibilidade para a necessidade de prevenção do direito.....	54

3.3	A dita função preventiva da ação declaratória, o liberalismo clássico e a escola sistemática .....	56
3.4	A inidoneidade do processo civil para a prestação da tutela ressarcitória na forma específica .....	58
3.5	A inadequação da ação cautelar para a prestação das tutelas inibitória e de remoção do ilícito .....	60
4.	A REBELIÃO DA PRÁTICA CONTRA O PROCESSO CIVIL .....	62
4.1	A ideologia no processo civil .....	62
4.2	A expansão da ação cautelar inominada .....	68
4.3	A inadequação da sentença condenatória e a conformação de sentenças diferenciadas a partir das necessidades do direito material .....	71
5.	O NOVO PROCESSO CIVIL .....	74
5.1	O escopo deste capítulo .....	74
5.2	O processo coletivo .....	75
5.3	Os Juizados Especiais .....	78
5.4	A técnica antecipatória e a tutela de urgência .....	81
5.5	Análise crítica do conceito de sentença condenatória .....	85
5.5.1	Compreensão e função das classificações .....	85
5.5.2	O surgimento da sentença mandamental .....	88
5.5.3	Os artigos 461 e 461-A e a eliminação da necessidade de instauração do processo de execução para a realização forçada do direito .....	90
5.5.4	Primeira delimitação das sentenças mandamental e executiva em face da sentença condenatória .....	93
5.5.5	Sentenças e meios executivos diante dos arts. 461 e 461-A do CPC e 84 do CDC .....	94
5.5.6	A resistência em admitir a ligação da multa com a sentença mandamental .....	95
5.5.7	Medidas de coerção indireta, de coerção direta e de sub-rogação .....	99
5.5.8	O art. 475-N, I, do CPC e a sentença que impõe o pagamento de soma. A dispensa da ação para a execução da condenação .....	100
5.6	A mitigação do princípio da congruência entre o pedido e a sentença .....	104
5.7	A fase executiva: a possibilidade de o juiz modificar o valor ou a periodicidade da multa, bem como determinar modalidade executiva não prevista na sentença .....	106
5.8	A superação do princípio da unidade e da unicidade do julgamento. A tutela antecipatória da parte incontroversa da demanda .....	109
6.	O TEMA DA TUTELA DOS DIREITOS .....	112
6.1	Tutela dos direitos e técnica processual .....	112

6.2	Sentenças autossuficientes e não autossuficientes .....	115
6.3	A necessidade de adequação das sentenças mandamental e executiva ao direito material e de repensar as técnicas processuais para uma maior efetividade da tutela pecuniária .....	116
6.4	Tutela específica e tutela pelo equivalente monetário .....	117
6.5	Os direitos de participação e proteção e a efetivação dos direitos fundamentais .....	119
6.6	A distinção entre ato contrário ao direito e dano .....	121
6.7	O processo de conhecimento diante da percepção da importância da tutela civil contra o ato contrário ao direito .....	124
6.8	Os novos direitos e a necessidade de tutela ressarcitória na forma específica .....	125
6.9	Direito à sentença condenatória ou direito à tutela ressarcitória ou do crédito pecuniário? A dispensa da ação de execução como corolário do conceito contemporâneo de ação .....	126
7.	O DIREITO À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	129
7.1	Noção de direitos fundamentais .....	129
7.2	As perspectivas objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais .....	131
7.3	Os direitos fundamentais e suas eficácias horizontal e vertical .....	132
7.4	A chamada multifuncionalidade dos direitos fundamentais .....	136
7.5	Os direitos fundamentais à efetividade da tutela jurisdicional e à duração razoável do processo .....	139
7.6	O enquadramento do direito à efetividade da tutela jurisdicional na classificação funcional dos direitos fundamentais .....	143
7.7	A relação entre o direito à tutela jurisdicional efetiva, o direito material e a realidade social .....	146
7.8	Consequências da ideia de direito ao procedimento idôneo ao direito material e à realidade social .....	148
7.8.1	Técnica processual e procedimento adequado .....	148
7.8.2	Direito à técnica antecipatória .....	154
7.8.3	Direito ao provimento adequado .....	161
7.8.4	Direito ao meio executivo adequado .....	162
7.9	Significado da aplicabilidade imediata do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva .....	168
7.10	O dever de o juiz conformar o procedimento .....	170
7.10.1	O dever de o juiz conformar o procedimento adequado ao caso concreto como decorrência do direito de proteção e do direito à tutela jurisdicional efetiva .....	170
7.10.2	Normas como princípios e regras .....	172

7.10.3	Diferença entre interpretação conforme a Constituição, declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação de acordo com a Constituição .....	174
7.10.4	As regras que conferem ao juiz o poder de conceder tutela antecipatória no processo de conhecimento e de determinar a chamada medida executiva “necessária” (arts. 273, 461, 461-A, CPC, e 84, CDC), ao mesmo tempo em que apontam para a ideia de que a tipificação legal não é a melhor solução para a prestação jurisdicional, deixam claro o seu dever de concretizar o direito fundamental à tutela jurisdicional diante do caso concreto .....	177
7.10.5	A realização do direito à efetividade da tutela jurisdicional depende da consideração do direito material em litígio e das “tutelas dos direitos” .....	179
7.11	Eficácias vertical, horizontal e vertical com repercussão lateral dos direitos fundamentais.....	181
7.12	O problema da eficácia vertical do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e da sua eficácia lateral sobre as partes .....	185

## PARTE II

### NECESSIDADES DO DIREITO MATERIAL, TUTELA DOS DIREITOS E TÉCNICA PROCESSUAL

1.	TUTELA INIBITÓRIA E TUTELA DE REMOÇÃO DO ILÍCITO .....	189
1.1	Tutela inibitória.....	192
1.1.1	Introdução.....	192
1.1.2	Fundamentos da tutela inibitória .....	194
1.1.3	Pressupostos da tutela inibitória.....	195
1.1.4	Modalidades.....	196
1.1.5	Ação ilícita continuada .....	198
1.1.6	Tutela inibitória mediante imposição de não fazer e de fazer .....	199
1.2	Tutela de remoção do ilícito.....	205
1.2.1	Introdução.....	205
1.2.2	Fundamentos da tutela de remoção do ilícito.....	205
1.2.3	Ilícito de eficácia continuada .....	206
1.2.4	A ação de remoção é voltada ao ilícito passado e ao dano futuro .....	206
1.2.5	Tutela de remoção do ilícito e tutela ressarcitória na forma específica .....	207
1.3	Aspectos comuns às tutelas inibitória e de remoção do ilícito .....	208
1.3.1	A impossibilidade da cognição do dano como pressuposto de efetividade das ações inibitória e de remoção do ilícito .....	208



1.3.2	As ações inibitória e de remoção do ilícito diante i) da inexistência de regra de proibição, ii) da observância de normas técnicas e iii) do licenciamento da Administração Pública.....	210
1.3.3	A prova.....	212
1.3.4	A tutela antecipatória.....	213
1.3.5	A ação individual e a ação coletiva (arts. 461 do CPC e 84 do CDC) .....	217
1.3.6	O direito à tutela jurisdicional efetiva e o poder do juiz .....	219
1.3.7	As sentenças (técnicas) mandamental e executiva .....	219
1.3.8	A prisão como meio de coerção indireta.....	221
1.3.9	A quebra da regra da adstrição do juiz ao pedido.....	223
1.3.10	A possibilidade de o juiz, na fase de execução, alterar de ofício a medida executiva .....	224
1.3.11	Critérios para o controle do poder executivo do juiz .....	224
1.3.12	Distinção entre as ações de remoção do ilícito e inibitória em face da ação cautelar .....	226
1.3.13	Cumulação das ações inibitória, de remoção do ilícito e ressarcitória .....	228
1.4	Ações inibitória e de remoção do ilícito diante do direito do consumidor.....	229
1.4.1	A periculosidade e a nocividade do produto ou do serviço .....	229
1.4.2	A falta de segurança como fundamento da tutela jurisdicional do consumidor .....	230
1.4.3	As noções de produto e serviço “defeituosos” .....	232
1.4.3.1	A “apresentação do produto”, “o uso e os riscos que dele razoavelmente se esperam” e “a época em que foi colocado em circulação” .....	232
1.4.3.2	“O modo de fornecimento do serviço”, “o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam” e “a época de seu fornecimento” .....	236
1.4.3.3	Demais circunstâncias que devem ser consideradas .....	238
1.4.4	O produto e os defeitos de concepção, de fabricação e de informação. ....	242
1.4.5	Um último aprofundamento na questão do “desenvolvimento da tecnologia” .....	244
1.4.6	Controle administrativo ou tutela preventiva por meio da Administração Pública .....	245
1.4.7	A jurisdição e a efetivação das normas de proteção do consumidor ..	247
1.4.8	A questão da atuação do juiz na implementação das normas de proteção .....	248
1.4.9	A possibilidade de ações inibitória e de remoção ainda que as normas técnicas de produção tenham sido observadas .....	248
1.4.10	A concordância da Administração com a fabricação e a comercialização do produto e a necessidade de proteção a partir do direito fundamental do consumidor.....	249

1.5	O direito ambiental e as ações inibitória e de remoção do ilícito .....	250
1.5.1	O direito ao meio ambiente sadio como direito fundamental .....	250
1.5.2	O art. 225 da CF enquanto norma estruturante do direito fundamental ao meio ambiente.....	251
1.5.3	A atuação das normas de proteção que objetivam um fazer do particular.....	253
1.5.4	Normas de proteção que exigem controle ou fiscalização da Administração.....	254
1.5.5	Prestações decorrentes do dever de o Estado gerenciar o meio ambiente	255
1.5.6	A questão do risco ambiental.....	257
1.5.7	Regras definidoras de ilícitos ambientais.....	258
1.5.8	A importância da distinção entre regras e princípios para a efetividade da tutela do meio ambiente.....	261
1.5.9	Sobre a exigibilidade do estudo de impacto ambiental.....	262
1.5.10	Concessão do licenciamento em contrariedade ao estudo de impacto ambiental .....	266
1.5.11	Possibilidade da impugnação da concessão do licenciamento que está de acordo com o estudo de impacto ambiental .....	267
1.5.12	O problema da incerteza científica quanto ao risco ambiental. Novamente a questão do risco do desenvolvimento.....	269
1.5.13	A importância do princípio da precaução diante do risco do desenvolvimento .....	269
1.5.14	O caso exemplar dos transgênicos.....	271
1.5.15	A responsabilidade pelo dano como mecanismo de gerenciamento dos riscos e dos benefícios diante do direito ambiental.....	272
1.5.16	Análise das ações inibitória e de remoção do ilícito à luz das situações antes expostas .....	276
2.	A TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE FAZER E DE NÃO FAZER .....	281
2.1	Introdução.....	281
2.2	A prevalência da tutela específica da obrigação contratual sobre a tutela pelo equivalente monetário.....	282
2.3	A tutela específica e o retardamento no cumprimento da obrigação .....	284
2.4	Pressupostos da tutela específica da obrigação inadimplida.....	287
2.5	Tutela específica e tutela contra o dano provocado pelo inadimplemento .....	287
2.6	A importância das técnicas mandamental e executiva.....	289
2.7	A multa coercitiva .....	289
2.8	A tutela inibitória diante da obrigação de natureza periódica .....	293
2.9	Tutela inibitória do inadimplemento mediante execução direta.....	293

2.10	Pressupostos da tutela inibitória do inadimplemento.....	294
2.11	A tutela antecipatória.....	294
2.12	O inadimplemento e a tutela específica do consumidor.....	296
2.12.1	O CDC e a natureza da responsabilidade pelos vícios do produto e do serviço. O cumprimento imperfeito.....	296
2.12.2	As alternativas do consumidor diante dos vícios de qualidade do produto.....	300
2.12.3	As alternativas do consumidor diante dos vícios de quantidade do produto.....	302
2.12.4	As alternativas do consumidor diante dos vícios de qualidade e quantidade do serviço.....	302
2.12.5	A ação coletiva dos consumidores nos casos de vícios do produto e do serviço.....	303
2.12.6	Os meios executivos do art. 84 do CDC na implementação da tutela específica do consumidor.....	304
2.12.7	O uso das técnicas do art. 461-A em benefício do consumidor.....	305
2.12.8	O direito à imposição do fazer diante do cumprimento imperfeito da obrigação de entrega de coisa.....	306
3.	TUTELA RESSARCITÓRIA NA FORMA ESPECÍFICA.....	307
3.1	Introdução.....	307
3.2	Ressarcimento pelo equivalente.....	308
3.3	O ressarcimento na forma específica no direito brasileiro.....	310
3.4	As razões da prioridade do ressarcimento na forma específica sobre o ressarcimento pelo equivalente.....	311
3.5	O escopo do ressarcimento na forma específica.....	313
3.6	O ressarcimento na forma específica diante dos danos patrimonial e não patrimonial.....	314
3.7	O ressarcimento na forma específica diante do dano concreto e do dano insuscetível de determinação em concreto.....	315
3.8	A necessidade de ir a Juízo para obter ressarcimento na forma específica.....	317
3.9	A condenação ao pagamento de dinheiro equivalente ao valor do dano presta tutela ressarcitória na forma específica?.....	318
3.10	Tutela ressarcitória na forma específica cumulada com tutela ressarcitória pelo equivalente.....	318
3.11	O princípio da excessiva onerosidade.....	320
3.12	A denominada <i>compensatio lucri cum damno</i> .....	323
3.13	Momento da excessiva onerosidade.....	324
3.14	A execução da tutela ressarcitória na forma específica.....	325

3.14.1	As razões que determinaram o esquecimento do ressarcimento na forma específica na prática forense .....	325
3.14.2	A obrigação de reparar o dano é obrigação de fazer (ou de entregar coisa em substituição à destruída) e não obrigação de pagar dinheiro	326
3.14.3	Os arts. 461 e 461-A do CPC e 84 do CDC e a tutela ressarcitória na forma específica .....	326
3.14.4	O uso da multa para compelir o infrator a reparar mediante fazer infungível ou fungível (ressarcimento na forma específica) .....	327
3.14.5	A incapacidade técnica do infrator para proceder à reparação .....	329
3.14.6	O uso da multa para obrigar o infrator a custear a reparação do dano.	329
3.14.7	O direito fundamental à efetiva tutela jurisdicional como base para o uso da multa .....	330
3.14.8	A limitação ao uso da multa .....	332
3.14.9	A execução diante da necessidade da participação de terceiro .....	332
3.15	O direito do consumidor ao ressarcimento na forma específica .....	333
3.16	A importância do ressarcimento na forma específica em face do direito ambiental .....	337
3.17	A tutela ressarcitória na forma específica dos direitos transindividuais (art. 84 do CDC).....	339
3.18	A tutela ressarcitória na forma específica dos direitos individuais homogêneos	339
3.19	A tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa. O art. 461-A do CPC .....	341
3.20	Tutela antecipada (fundada em perigo) .....	343
3.21	Ressarcimento na forma específica antecipado e continuação do processo para a elucidação da matéria relativa à tutela ressarcitória pelo equivalente. A tutela antecipatória de parcela incontroversa .....	343
4.	TUTELA ESPECÍFICA E DIREITO À COISA (ART. 461-A, CPC) .....	347
4.1	Introdução.....	347
4.2	Entrega de coisa e ressarcimento na forma específica.....	349
4.3	Obrigação de entrega de coisa e obrigação de fazer .....	349
4.4	Obrigação de entrega de coisa e obrigação de transferir a propriedade.....	350
4.5	Obrigação de entregar e obrigação de restituir .....	352
4.6	Prestação obrigacional, imissão na posse e recuperação da coisa.....	352
4.7	A ação de condenação, a ação executiva <i>lato sensu</i> e o art. 461-A do CPC ....	354
4.7.1	Concepção primitiva da ação para entrega de coisa .....	354
4.7.2	A tese de que as ações executivas <i>lato sensu</i> , por constituírem exceções à separação entre conhecimento e execução, deveriam estar previstas em lei .....	356



4.7.3	A tese de que o direito real dá ensejo à ação executiva.....	357
4.7.4	Ação real .....	357
4.7.5	A supressão da ação de execução diante do art. 461-A do CPC.....	358
4.7.6	A ação do art. 461-A, a ação de execução de título extrajudicial e a ação monitória .....	359
4.8	A ação do art. 461-A .....	361
4.8.1	Primeiras considerações.....	361
4.8.2	Entrega de coisa incerta .....	367
4.8.2.1	Coisa certa e coisa incerta .....	367
4.8.2.2	Coisa determinada pela quantidade e pelo gênero.....	367
4.8.2.3	Coisa determinada pela qualidade .....	367
4.8.2.4	Coisa incerta e coisa fungível.....	367
4.8.2.5	Coisa incerta e obrigação alternativa.....	368
4.8.2.6	Momento da individualização da coisa pelo credor .....	368
4.8.2.7	Momento da individualização da coisa pelo devedor.....	368
4.8.2.8	Impossibilidade de o devedor entregar a coisa pior ou de o credor exigir a melhor .....	369
4.8.2.9	Inércia do devedor e escolha pelo credor.....	369
4.8.2.10	A impugnação da escolha da coisa .....	369
4.8.2.11	Perda ou deterioração da coisa.....	369
4.8.2.12	Qualidade limitada e extinção da espécie .....	370
4.8.3	A tutela antecipatória.....	370
4.8.3.1	O art. 461-A e a tutela antecipatória fundada em perigo ....	370
4.8.3.2	A tutela antecipatória e a ação de reintegração de posse posterior a um ano e dia .....	373
4.8.3.3	A execução da tutela antecipatória.....	374
4.8.3.4	A tutela antecipatória fundada em abuso de direito de defesa e a tutela antecipatória da parte incontroversa da demanda	375
4.8.3.5	A alegação de retenção por benfeitorias e a caução.....	376
4.8.4	A sentença.....	376
4.8.4.1	Sentença dotada de executividade intrínseca .....	376
4.8.4.2	O uso dos meios da busca e apreensão, da imissão na posse e da multa.....	377
4.8.4.3	A efetividade do emprego da multa.....	378
4.8.4.4	A Súmula 500 do Supremo Tribunal Federal .....	378
4.8.4.5	A multa é subsidiária à busca e apreensão?.....	379
4.8.4.6	A multa nos Juizados Especiais .....	379
4.8.4.7	A multa deve ser imposta em valor suficiente para convencer o obrigado a entregar a coisa .....	380

4.8.4.8	O dever do juiz aumentar ou diminuir o valor da multa ....	380
4.8.4.9	O emprego de outras “medidas necessárias” .....	381
4.8.5	A prioridade da tutela específica .....	382
4.8.5.1	A tutela específica e a multa .....	382
4.8.5.2	Direito de receber a própria coisa .....	383
4.8.5.3	Impossibilidade de o devedor prestar, sem o consentimento do credor, o valor equivalente ao da coisa .....	383
4.8.5.4	Impossibilidade de o credor exigir coisa diversa, ainda que menos valiosa .....	384
4.8.5.5	Impossibilidade de o credor exigir o valor equivalente ao da coisa .....	385
4.8.6	Alienação da coisa litigiosa .....	387
4.8.6.1	Os arts. 593, I, e 626 do CPC .....	387
4.8.6.2	Ausência da tradição ou do registro imobiliário .....	387
4.8.6.3	Conceito de terceiro adquirente .....	387
4.8.6.4	A partir de que momento há litigiosidade? .....	388
4.8.6.5	A ação fundada no art. 461-A e o direito à busca e apreensão e à imissão na posse da coisa em poder de terceiro adquirente .....	388
4.8.6.6	A opção entre se voltar contra o terceiro adquirente e exigir o valor da coisa acrescido de perdas e danos .....	388
4.8.6.7	A fixação do valor da coisa .....	390
4.8.6.8	A situação do terceiro adquirente diante da ação do art. 461-A .....	390
4.8.7	Perda ou deterioração da coisa .....	391
4.8.7.1	Observações preliminares .....	391
4.8.7.2	Perda ou deterioração no caso de obrigação de entregar a coisa .....	392
4.8.7.3	Perda ou deterioração no caso de obrigação de restituir .....	392
4.8.7.4	O princípio <i>res perit domino</i> (a coisa perece com o dono) ..	392
4.8.7.5	A importância da culpa para a caracterização da responsabilidade .....	392
4.8.7.6	Perda ou deterioração na posse de boa-fé e na posse de má-fé	393
4.8.8	Frutos .....	393
4.8.8.1	Conceito de frutos .....	393
4.8.8.2	Possuidor de boa-fé e direito aos frutos percebidos .....	394
4.8.8.3	Frutos pendentes e frutos colhidos com antecipação .....	394
4.8.8.4	Frutos não percebidos pelo possuidor de má-fé .....	395
4.8.8.5	Perda ou deterioração .....	395
4.8.8.6	Frutos, obrigação de entregar e obrigação de restituir .....	396

4.8.9	Benfeitorias e acessões. Melhoramentos e acréscimos.....	396
4.8.9.1	Espécies de benfeitorias.....	396
4.8.9.2	As várias espécies de benfeitorias e suas consequências, conforme a posse seja de boa-fé ou de má-fé .....	396
4.8.9.3	Benfeitorias e acessões.....	397
4.8.9.4	Benfeitorias e pertenças.....	397
4.8.9.5	Melhoramentos e acréscimos na obrigação de entregar .....	398
4.8.9.6	Melhoramentos e acréscimos na obrigação de restituir .....	398
4.8.10	Tutela específica cumulada com tutela ressarcitória em pecúnia. Direito de retenção, compensação e local de apuração.....	399
4.8.10.1	Perda ou deterioração constatadas apenas quando da exe- cução .....	399
4.8.10.2	Perda ou deterioração da coisa. Ação do art. 461-A: tutela específica cumulada com tutela ressarcitória .....	399
4.8.10.3	Frutos. Ação do art. 461-A: tutela específica cumulada com tutela ressarcitória .....	399
4.8.10.4	Benfeitorias, acessões industriais, melhoramentos e acrés- cimos. Ação do art. 461-A: tutela específica e direito de retenção .....	400
4.8.10.5	Compensação entre as benfeitorias, acessões, melhoramen- tos e acréscimos e os danos e frutos devidos.....	402
4.8.11	Tutela antecipatória parcial como solução de efetividade.....	403
4.8.11.1	A tutela antecipatória parcial.....	403
4.8.11.2	O não cabimento de embargos contra a tutela antecipatória	404
4.8.11.3	A caução .....	404
4.9	Ações que podem se fundar no art. 461-A do CPC .....	405
4.9.1	Ação para o cumprimento de obrigação de entregar coisa .....	405
4.9.1.1	Tradição e registro .....	405
4.9.1.2	Ação para o cumprimento da prestação obrigacional de en- trega de coisa .....	405
4.9.1.3	A distinção entre a ação para o cumprimento da obrigação de entrega de coisa e a ação de imissão na posse de coisa móvel.....	406
4.9.2	Cumprimento imperfeito da obrigação de entrega de coisa .....	406
4.9.2.1	Vício de direito e vício físico da coisa (inconformidade ju- rídica e inconformidade material) .....	406
4.9.2.2	A entrega de coisa defeituosa e a tutela específica do credor	408
4.9.2.3	Inconformidade jurídica e tutela específica para obrigar o vendedor a sanar os vícios de direito que incidem sobre a coisa.....	410

4.9.3	Ação de imissão de posse.....	412
4.9.3.1	Ação de imissão de posse e ação de reintegração de posse .	412
4.9.3.2	Legitimidade do titular do direito à posse e não apenas do adquirente .....	412
4.9.3.3	Legitimados passivos na ação de imissão de posse. Não cabimento da imissão contra o terceiro possuidor ou contra o alienante para o qual o adquirente perdeu a posse .....	413
4.9.3.4	Amplitude da cognição do juiz .....	414
	4.9.3.4.1 Considerações prévias.....	414
	4.9.3.4.2 Demanda documental .....	414
	4.9.3.4.3 Possibilidade de o réu impugnar somente o documento que confere o direito à posse. Impossibilidade de discussão sobre o domínio..	414
4.9.4	Ação reivindicatória .....	415
4.9.4.1	Ação de recuperação da coisa.....	415
4.9.4.2	Amplitude da cognição do juiz .....	416
4.9.4.3	Distinção entre ação reivindicatória e ação de imissão na posse.....	417
4.9.5	Ação de reintegração de posse .....	418
4.9.5.1	Ação fundada na posse.....	418
4.9.5.2	Ação de reintegração de posse, ação de manutenção de posse e interdito proibitório .....	418
4.9.5.3	Amplitude da cognição do juiz na reintegração de posse ...	419
4.9.5.4	Limites da cognição do juiz e procedimento aplicável.....	420
4.9.5.5	Posse de mais de ano e dia e ação de reintegração de posse fundada no art. 461-A .....	421
4.9.5.6	Possuidor ausente e contagem do prazo de ano e dia .....	422
4.9.5.7	Atos preparatórios e consumação do esbulho .....	422
4.9.5.8	Cumulação da reintegração de posse com perdas e danos, inibição de novo esbulho ou turbação e deslazimento de construção ou plantação feita em detrimento da posse .....	422
4.9.5.9	Duplicidade da ação de reintegração de posse .....	424
4.9.5.10	Ação do detentor .....	425
4.9.5.11	Composse .....	426
4.9.6	Ação de restituição e comodato .....	426
4.9.6.1	A extinção do comodato.....	426
4.9.6.2	A admissão do uso da ação de reintegração de posse para a retomada da coisa objeto do comodato .....	428
4.9.6.3	As razões dessa admissão .....	428



4.9.6.4	A inadequação da reintegração de posse para o comodante retomar a coisa emprestada .....	429
4.9.6.5	O objetivo que se esconde atrás do uso da ação de reintegração de posse contra o comodatário .....	431
4.9.6.6	A ação de restituição fundada no art. 461-A .....	431
4.9.7	Ação de restituição e <i>leasing</i> .....	432
4.9.7.1	O uso distorcido da ação de reintegração de posse .....	432
4.9.7.2	A tese de que a existência de cláusula resolutiva expressa dá ensejo para a reintegração de posse, independentemente da inexistência de notificação .....	433
4.9.7.3	A tese que exige a notificação .....	433
4.9.7.4	As razões escondidas atrás da discussão a respeito da necessidade de notificação .....	434
4.9.7.5	O STJ entende que o arrendatário, na ação de reintegração de posse relativa a contrato de <i>leasing</i> , pode discutir a legalidade e a abusividade das cláusulas contratuais .....	436
4.9.7.6	Se a cognição da ação em que é pedida a restituição da coisa objeto do comodato abarca a discussão do contrato, a ação não é de reintegração de posse, mas simplesmente ação de restituição fundada no art. 461-A .....	437
4.9.7.7	O uso da multa para compelir o devedor a entregar a coisa objeto do <i>leasing</i> .....	439
4.9.8	Outras situações que podem se beneficiar das técnicas do art. 461-A	440
5.	A EFETIVIDADE DA TUTELA PECUNIÁRIA .....	442
5.1	Tutela pecuniária: tutela específica e tutela pelo equivalente .....	442
5.2	Tutela pecuniária e técnica processual .....	443
5.3	Tutela específica de pagar dinheiro, tutela pelo equivalente em pecúnia, tutela de alimentos e tutela pecuniária antecipada .....	444
5.4	Necessidade de análise crítica (à luz da Constituição Federal) da técnica processual executiva .....	446
5.5	A multa e a tutela pecuniária .....	447
5.5.1	A multa do art. 475-J .....	447
5.5.2	A importância da multa coercitiva para obrigar o demandado a pagar (proposta <i>de lege ferenda</i> ) .....	448
5.5.3	A multa coercitiva e a efetividade da tutela antecipatória .....	454
5.5.4	A multa coercitiva e a efetividade do ressarcimento na forma específica	458
5.5.5	O devedor que se diz inadimplente e os evidentes sinais de sua riqueza	462
5.5.6	Os arts. 600 e 601 do CPC. A multa para compelir o devedor a indicar bens à penhora .....	463
5.6	A penhora <i>on line</i> .....	464

5.7	Técnica executiva para impedir o inadimplemento e para garantir o adimplemento do pagamento de dinheiro .....	470
5.7.1	Condenação para o futuro e inibição do inadimplemento da obrigação de pagar soma em dinheiro .....	470
5.7.2	O desconto em folha .....	472
5.7.3	O uso da multa, no caso de crédito não vencido, para evitar o inadimplemento da obrigação de pagar .....	473
5.7.4	O uso da multa para compelir o Poder Público a implantar reajuste de salário em folha de pagamento.....	475
5.7.5	A imposição da multa contra a autoridade pública (capaz de dar atendimento à decisão jurisdicional) .....	475
5.8	A tutela pecuniária contra a Fazenda Pública.....	476
5.8.1	A tutela pecuniária das obrigações de pequeno valor.....	476
5.8.2	Tutela pecuniária via precatório.....	478
5.8.2.1	O sequestro no caso de preterição no pagamento .....	478
5.8.2.2	A omissão do Poder Público em incluir a verba devida no orçamento.....	480
	BIBLIOGRAFIA .....	483
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	501